



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

PROCESSO Nº 054/2018 EDITAL Nº 022/2018– CONCORRÊNCIA Nº 002/2018

PREÂMBULO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS), sediado na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, torna pública a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo "**MENOR PREÇO**", representado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido em conformidade com os preceitos do Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) do SENAR, aprovado pela Resolução nº 001/CD, de 15/02/2006 (DOU 23/02/2006), alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011) e pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012) disponibilizado na página eletrônica do SENAR: <http://www.senar.org.br/sites/default/files/senar/RLC-SENAR.pdf> e, subsidiariamente, com as disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

REUNIÃO DO CERTAME: Terá início às **08h30, do dia 26 de setembro de 2018** na sede do **SENAR-AR/MS**, com o recebimento da documentação de habilitação e respectivas propostas. Os trabalhos licitatórios serão coordenados pela Comissão Especial de Licitação – CEL, nomeada pela Portaria nº 016/2018/PRES.CA.

RETIRADA DO EDITAL: no site <http://senarms.org.br/senar-ms/downloads/>, na sede da Administração Regional do SENAR em Mato Grosso do Sul, situada na Ruads Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, ou ainda mediante solicitação pelo endereço eletrônico gisele@senarms.org.br, os anexos poderão ser retirados no formato digital (DVD) gratuitamente.

Para agilidade do registro das licitantes no nosso sistema, pedimos que seja enviado previamente o "**RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL**" para o endereço eletrônico gisele@senarms.org.br.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada em obras e serviços de engenharia para a execução da reforma e ampliação do prédio do **SENAR-AR/MS**.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

1.1.1. O prédio localiza-se em terreno urbano, com área total de **1.050,35 m² (hum mil e cinquenta metros quadrados e trinta e cinco centímetros quadrados)**, situado à Rua Dr. Eduardo Machado Metelo, nº 337, Bairro Chácara Cachoeira II, CEP: 79040-830, Campo Grande, MS, tendo o conjunto edificado do centro uma área construída total de **916,58 m² (novecentos e dezesseis metros quadrados e cinquenta e oito centímetros quadrados)** compreendendo os Pavimentos Superior e Inferior.

1.1.2. As especificações e elementos técnicos para a correta execução do objeto estão descritas nos ANEXOS DE 01 A 27 DO EDITAL.

2. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO E DAS FONTES DE RECURSOS

2.1. O valor máximo estimado para a referida contratação é de **R\$ 1.770.806,70 (um milhão setecentos e setenta mil oitocentos e seis reais e setenta centavos)**.

2.2. Os valores acima mencionados são meramente referenciais e tem como única finalidade subsidiar as licitantes a elaborarem suas propostas, não importando, em nenhuma hipótese, em compromisso do **SENAR-AR/MS** para com o seu atendimento na execução do objeto.

2.3. As despesas com a contratação correrão por conta do(s) seguinte(s) **CÓDIGO(S) ORÇAMENTÁRIO(S): 8729**

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação:

3.1.1. As licitantes cuja atividade seja compatível com o objeto licitado, legalmente estabelecidas no país, desde que comprovarem possuir os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

3.2. Não será permitida a participação direta ou indireta nesta licitação das seguintes licitantes:

3.2.1. Reunidas em consórcio.

3.2.2. Cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em curso de credores, em processo de recuperação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação.

3.2.3. Que tenham sido declaradas impedidas de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS**.

3.2.4. Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer esfera da Administração.

3.2.5. Cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, membros de Conselho Técnico, Fiscal, Consultivo, Deliberativo ou Administrativo ou sócio, sejam empregados ou ocupantes de quaisquer cargos no **SENAR-AR/MS** ou **SENAR-AC**.

3.2.6. Cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros do Conselho Técnico, Fiscal, Consultivo, Deliberativo ou Administrativo; ou sócios, pertençam ainda que parcialmente, à empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

3.2.7. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

3.2.8. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante, a CEL verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

3.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

3.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.3.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei 12.120/2009 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.3.4. Constatada a existência de sanção, a CEL reputará à licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

4. DA VISTORIA

4.1. Para a melhor compreensão do espaço físico o **SENAR-AR/MS** sugere as empresas interessadas em participar desta licitação proceder à **vistoria** no local onde serão executados os serviços – ocasião na qual será firmada declaração, conforme modelo disponível no **ANEXO 14 – Modelo de Declaração de Vistoria do Local da Reforma**, examinando as áreas e tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

4.1.1. Caso a licitante opte pela não realização da visita, deverá apresentar, em substituição ao **ANEXO 14 – Modelo de Declaração de Vistoria do Local das Obras** o **ANEXO 15 – Modelo de Dispensa de Vistoria do Local da Reforma** assinado pelo responsável técnico, conforme este Edital, sob as penalidades da Lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e produtos/materiais/equipamentos a serem empregados, que assume total responsabilidade e por esse fato, sendo que declara expressamente ainda que não se utilizará deste fato para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o **SENAR-AR/MS**.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

4.1.2. A vistoria deverá ser marcada pelo telefone (67) 3320-9700, e realizada em dias de expediente no **SENAR-AR/MS**, das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, devendo ser efetivada **até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

4.2. Para a vistoria a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificada, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.3. Por ocasião da vistoria, à licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser repassado em CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução (a licitante deverá trazer o dispositivo para repasse), contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a mesma tenha condições de bem elaborar sua proposta, assinando, no mesmo ato, o Recibo de Retirada do Edital.

4.4. A vistoria será acompanhada por funcionário do **SENAR-AR/MS**.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

5.1. Os pedidos de esclarecimentos e/ou as impugnações ao Edital deverão ser encaminhadas por requerimento formal, dirigido à CEL, e protocoladas no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, até o prazo de 02 (dois) dias úteis de antecedência da data designada como de abertura para o presente certame, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende tê-lo viciado.

5.1.1. Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de propostas de preços e documentos de habilitação, não cabendo as licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

5.2. Caberá à CEL, decidir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do dia marcado para a realização do certame, sobre a impugnação interposta e os pedidos de esclarecimentos, sob pena de ter de reagendar a abertura do certame.

5.2.1. Os pedidos poderão ser protocolados na sede do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, sendo o horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30,

5.3. Se procedente e acolhida à impugnação deste Edital, as alterações serão comunicadas aos interessados pela mesma forma com que se deu a divulgação ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas. Neste último caso, as alterações serão publicadas exclusivamente no site da Instituição, no endereço eletrônico www.senarms.org.br, sem necessidade de reabertura de prazos.

5.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos formulados serão divulgadas mediante publicação de nota site da Instituição, no endereço eletrônico www.senarms.org.br, no mesmo



link onde está publicado este Edital, ficando as licitantes interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Cada licitante terá apenas 01 (um) representante credenciado, respondendo por sua representada, devendo, para tanto, entregar à CEL, imediatamente após a abertura dos trabalhos, prova hábil de sua investidura como representante legal da empresa (original ou cópia autenticada por tabelião) ou procuração para este fim específico. Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

6.1.1. REPRESENTANTE LEGAL – SÓCIOS, PROPRIETÁRIOS OU DIRIGENTES: original ou cópia autenticada por cartório competente do respectivo Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, inclusive a última alteração contratual (podendo ser substituído por ato consolidado) devidamente registrado; em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.1.2. PROCURADOR: procuração pública ou particular ou Carta de Credenciamento (**Modelo – ANEXO 01 deste Edital**), com reconhecimento de firma do outorgante, na qual constem poderes específicos para formular propostas, assumir compromissos, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante, dentre os indicados no **subitem 6.1.1**, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.1.3. O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.1.4. Após a convocação para credenciamento do representante da licitante, não será aceita a entrega ou complementação dos documentos necessários ao ato de credenciamento.

6.1.5. Os documentos de que tratam os **subitens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3** deste Edital deverão ser apresentados, separadamente, fora dos envelopes e anteriormente a abertura do certame, sendo que para as hipóteses de credenciamento de procuradores, deverá ser providenciada a entrega de cópia da procuração devidamente autenticada, a qual ficará retida nesta licitação.

6.1.6. Não será aceita a alegação de que os documentos comprobatórios estão inseridos nos envelopes que contém a documentação de habilitação e/ou propostas de preços.

6.1.7. O não credenciamento da licitante ou de seu representante legal não é fato impeditivo para recebimento e abertura de seus envelopes, mas o impedirá e a qualquer pessoa presente que se manifeste e responda por ele, permanecendo tão somente sua proposta escrita.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

6.1.8. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma licitante sob pena de desclassificação de ambas as propostas por infração ao sigilo que deve pairar sobre as mesmas.

6.1.9. Cada licitante custeará a elaboração de sua proposta e a participação de seu representante nas reuniões que serão realizadas.

6.2. Fica assegurada às licitantes, a qualquer tempo, mediante juntada dos documentos previstos no **item 6.1**, a substituição do seu representante junto ao processo.

6.3. Os envelopes de “**Documentos de Habilitação – “1”**” e de “**Proposta de Preços – “2”**” deverão ser providenciados pela licitante e constituídos de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que tratam, até sua abertura.

6.3.1. Os envelopes deverão ser entregues à CEL, até o dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, pelo representante legal da licitante e/ou via postal, em **02 (dois) envelopes distintos**, fechados, lacrados e rubricados, contendo cada um: a razão ou denominação social, CNPJ e endereço da licitante, a designação de seu conteúdo conforme abaixo especificado:

NOME DA LICITANTE: _____
CNPJ: _____
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Edital nº 0xx/2018 – Concorrência nº 0xx/2018
SENAR-AR/MS

NOME DA LICITANTE: _____
CNPJ: _____
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
Edital nº 0xx/2018 – Concorrência nº 0xx/2018
SENAR-AR/MS

6.5. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até a data e horário designados para a abertura da sessão pública.

6.5.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à CEL, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
SENAR-AR/MS
CONCORRÊNCIA Nº xxx/2018
SESSÃO em xx/xx/2018 às xx horas

Obs.: Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como Proposta Comercial.

6.4. É vedado o recebimento dos envelopes em momento posterior ou local diferente do previsto no preâmbulo deste Edital.

6.6. A participação na presente licitação implica aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste Edital e dos seus ANEXOS, bem como do RLC do SENAR.

6.7. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, e/ou documento disponível no site oficial do órgão emissor, sendo aceitos somente os que estiverem em plena validade.

7. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE “01”

7.1. Para habilitação, a licitante interessada deverá apresentar no **“Envelope nº 01 – Documentos de Habilitação”** os documentos listados nos subitens **7.3, 7.4, 7.5 e 7.6**, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial, e/ou documento disponível no site oficial do órgão emissor, em 01 (uma) via, numerados, dispostos ordenadamente, encadernados ou grampeados, de forma a não conter folhas soltas, sendo aceitos somente os que estiverem em plena validade.

7.1.1. O envelope com os documentos de habilitação será providenciado pela licitante e deve ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura, e conterá os documentos previstos neste item, que deverão estar devidamente atualizados ao serem apresentados pela proponente.

7.2. Não havendo prazo de validade previsto na(s) certidão (ões) apresentada(s), entender-se-á (ão) válida(s) por 90 (noventa) dias contados de sua expedição.

7.2.1. Os prazos de validade previstos neste Edital prevalecem caso os órgãos expedidores não estabeleçam outro no documento.

7.2.2. A habilitação das licitantes fica condicionada à verificação dos documentos de habilitação, bem como da respectiva validade, no ato de abertura do certame, podendo a CEL efetuar as consultas que julgar adequadas sempre que houver dúvidas sobre a legitimidade/autenticidade dos documentos apresentados, podendo, para esse fim, se necessário, suspender a sessão, designando-a no ato para outra data e horário, ficando cientes da nova data acaso presentes todas as licitantes, sendo desnecessária, neste caso, a divulgação subsequente da nova data por qualquer outro meio.

7.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.3.1. Em se tratando de pessoa jurídica deverá ser apresentado o Ato Constitutivo, ou a prova de Registro de Empresário Individual ou o Estatuto ou Contrato Social em vigor, inclusive a

última alteração contratual (podendo ser substituído por ato consolidado), devidamente registrado; em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

7.3.1. Fica dispensada a apresentação do referido documento que já o tenha feito no credenciamento.

7.3.2. Declarações nos termos do modelo do **ANEXO 02** deste Edital.

7.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. Para fins de **comprovação da Capacidade Técnico-Operacional e Profissional:**

7.4.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, de Mato Grosso do Sul ou local de origem, em plena validade, comprovando estarem aptos ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente Licitação.

7.4.1.1.1. Caso a licitante vencedora ou o responsável técnico não sejam registrados ou inscritos no CREA ou CAU do **Mato Grosso do Sul**, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional, até 10 dias corridos após a assinatura do contrato, conforme Declaração de Compromisso – **ANEXO 03**.

7.4.1.2. **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **devidamente registrado no CREA ou CAU** da região pertinente, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) **ART/RRT ou ainda Certidão de Acervo Técnico – CAT**, que comprove(m) ter a **LICITANTE** executado obra similar ao objeto licitado.

7.4.1.3. **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **devidamente registrado no CREA ou CAU** da região pertinente, **em nome do(s) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)** que **participará(ão) da obra**, com habilitação em Engenharia Civil ou Arquitetura, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que demonstre(m) a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), comprovando ter o(s) profissional(is) executado obra similar ao objeto licitado.

7.4.1.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha executado e concluído obra pertinente e compatível com as características construtivas do objeto deste procedimento licitatório, impresso em papel timbrado do seu emitente, e conter a identificação do signatário e dados para eventual contato.

7.4.1.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) contemplar a execução e conclusão de obras pertinente(s) e compatível(eis) com o objeto deste procedimento licitatório em área igual e/ou superior a 50% (cinquenta por cento) do constante do projeto arquitetônico e projetos complementares.



7.4.1.6. Declaração de que o responsável técnico detentor do atestado referido no item **7.4.1.3** será o responsável pela execução da reforma. Tal declaração deverá ser assinada em conjunto pelo mesmo e pelo representante legal da licitante, devendo conter: nome completo, CPF e nº do registro na entidade profissional competente, conforme modelo constante no **ANEXO 04** deste Edital.

7.4.1.7. Comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com a licitante, que deverá ser realizada mediante apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

a) no caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o n.º de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário.

b) no caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede da licitante; e

c) no caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no CREA ou CAU.

7.4.1.8. Declaração da licitante, sob assinatura do seu Representante Legal, de que, sendo vencedora da licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará ao **SENAR-AR/MS** uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro, junto ao CREA/MS ou CAU/MS, da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou do Registro de Responsabilidade Técnica - RRT da reforma, conforme **ANEXO 05** deste Edital.

7.4.1.9. Declaração da licitante, sob a assinatura do seu **Representante Legal**, de que apresentará, **no ato da assinatura do Contrato**, os documentos que indiquem as **instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico**, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto contratado, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, **conforme ANEXO 06**.

7.4.2. Não será considerado o atestado emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, assim considerada a controlada ou controladora da licitante, ou que possua pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica como sócio tanto da licitante quanto da emitente.

7.4.3. Para fins de comprovar a atuação em trabalhos similares da forma como determinado nos **subitens 7.4.1.2 e 7.4.1.3** os atestados poderão ser acompanhados de outros documentos pertinentes.

7.4.4. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.



7.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

7.5.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao último exercício social, apresentados na forma da Lei e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a substituição das demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

7.5.1.1. O Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE deverão estar acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento, ambos assinados pelo(s) representante(s) legal(is) da pessoa jurídica e por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.5.2. A comprovação da boa situação financeira será baseada nos parâmetros a seguir, devendo ser calculada e apresentada pelo licitante e assinada pelo contador responsável conforme abaixo. Serão consideradas habilitadas econômica e financeiramente as licitantes que apresentarem os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais a (\geq) 1 (um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.5.2.1. A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

7.5.3. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede de pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data do recebimento da documentação de habilitação neste certame.

7.6. DA REGULARIDADE FISCAL

7.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) relativo ao domicílio ou sede da licitante e onde conste atividade operacional classificada no CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas em caráter pertinente e compatível com o objeto desta Licitação.

7.6.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com



o objeto.

7.6.2.1. Como prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual deverá ser apresentado o CCI disponível no site <http://www.sintegra.gov.br/> ou ainda no site <http://www1.sefaz.ms.gov.br/Cadastro/sintegra/cadastromsCCI.asp> ou ainda, se for o caso, apresentar declaração devidamente assinada pelo Contador (e com nº do CRC) e proprietário da empresa licitante expressando a desobrigação de inscrição estadual.

7.6.2.2. Como prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal deverá ser apresentado o “Cartão de Inscrição” **ou** Alvará de Funcionamento.

7.6.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.6.3.1. A prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS) deverá ser atendida mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou documento equivalente que comprove essa regularidade.

7.6.3.2. A prova de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser atendida através da Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual, independente de ser contribuinte, para fins de verificação.

7.6.3.3. A prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante deverá ser apresentada, para fins de verificação, podendo ser atendida através de Certidão Negativa de Débitos Mobiliários ou equivalente na forma da lei.

7.6.3.4. Caso as certidões que provem a regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal sejam POSITIVAS, o **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de só aceitá-las se as mesmas contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

7.6.4. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas.

7.7. No encaminhamento da documentação a licitante ainda deverá observar o seguinte:

7.7.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz.

7.7.2. Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz; e

7.7.3. Em se tratando de matriz ou filial, na hipótese em que a empresa que efetivamente vai executar o objeto não for a mesma que participou da sessão pública, os documentos de habilitação da empresa que constará no instrumento contratual ou documento equivalente



firmado com o **SENAR-AR/MS** também deverão ser apresentados, ressalvadas as hipóteses de exceção citadas no **subitem 7.7.2** acima.

7.8. Os documentos que forem emitidos pela Internet, bem como aqueles cuja aceitação esteja condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para fins de verificação de sua autenticidade e aceitação pela CEL.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE “02”

8.1. O Envelope “02” conterá a “**Proposta de Preços**”, observando o modelo constante no **ANEXO 09**, devendo ser datada com a mesma data de abertura dos envelopes, impressa e assinada, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas.

8.2. As licitantes deverão indicar o prazo de validade das propostas, não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data da entrega das mesmas, sendo esta a data designada no preâmbulo deste Edital para a abertura dos envelopes.

8.2.1. A ausência de inserção de data na proposta de preços implica na presunção de aceite da data determinada neste Edital.

8.3. A proposta deverá ser cotada por preço unitário e total, fixo, em moeda corrente nacional (Real), **em algarismos com no máximo duas casas decimais após a vírgula e preferencialmente por extenso**, incluindo todos os custos das obrigações da licitante, inclusive os tributários e o frete, se houver.

8.4. A Proposta de Preços, apresentada no Envelope nº 02, deverá estar acompanhada dos seguintes documentos, todos assinados por profissional habilitado e identificado, nos modelos anexos deste Edital:

8.4.1. Proposta de Preços - **ANEXO 09**.

8.4.2. Modelo de Planilha Orçamentária Básica para Execução de Obras integralmente preenchida com clareza e sem rasuras. Deverá ser apresentada em cópia impressa e arquivo digital em Excel - **ANEXO 10**.

8.4.3. Modelo de Planilha com Composição de Custos Unitários de Preços para todos os itens e subitens, integralmente preenchida com clareza e sem rasuras. Deverão ser apresentadas em cópias impressas e arquivo digital em Excel - **ANEXO 11**.

8.4.4. Modelo de Planilha de Cronograma Físico e Financeiro Básico para Execução de Obras, integralmente preenchida com clareza e sem rasuras - **ANEXO 12**.

8.4.5. Modelo de Planilha de Composição de BDI, integralmente preenchida com clareza e sem rasuras – Bonificações e Despesas Indiretas – **ANEXO 13**.

8.4.6. Modelo de Declaração de Vistoria do local das obras – **ANEXO 14** ou **ANEXO 15** - Modelo de Dispensa de Vistoria do Local da Reforma.



8.5. A não apresentação de qualquer das planilhas, composições e/ou declarações mencionadas nos itens anteriores acarretará a desclassificação da licitante.

8.6. Para o preenchimento das planilhas, orçamentária, de composição de custos unitários, cronograma físico-financeiro e composição do BDI, deverão ser observados os seguintes critérios:

8.6.1. As planilhas não poderão em hipótese nenhuma sofrer alterações em seus quantitativos e serviços estabelecidos.

8.6.2. A tabela analítica de composição dos BDIs deverá ser apresentada conforme modelo do **Anexo 13** em Planilha, discriminando todos os custos indiretos, incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, tributos (inclusive demonstração do cálculo da alíquota de ISS adotada), seguros, imprevistos, despesas financeiras e lucro (ou benefícios).

8.6.3. É de exclusiva responsabilidade da licitante consultar a Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS, acerca da alíquota de ISSQN vigente na data da apresentação dos envelopes.

8.6.4. A licitante deverá preencher sua tabela de composição analítica dos BDIs, considerando seus custos próprios, demonstrando analiticamente a composição dos BDIs, utilizados na formação do preço global.

8.6.5. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.6.6. Os tributos considerados de natureza direta e personalíssima, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do artigo 125, § 7º, II, da Lei nº 12.465, de 2011.

8.6.7. A contribuição previdenciária deverá ser incluída na composição do BDI, em atendimento ao disposto no artigo 7º, parágrafo 9º, inciso IV, da Lei nº 12.546/2011, redação dada pela Lei 12.844/2013 e alterado pela Lei 13.161/2015 (referente a desoneração da folha de pagamento).

8.6.8. Os custos dos equipamentos deverão ser calculados com BDI diferenciado/reduzido.

8.6.9. As alíquotas de tributos cotadas pela licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

8.7. A licitante deverá indicar a MARCA e MODELO dos itens ofertados, quando couber, de acordo com os termos da proposta de qualidade compatível com o Projeto e Especificações.

8.7.1. A licitante deverá apresentar somente uma marca e modelo do material ofertado, não sendo admitida a cotação de materiais usados, reaproveitados, recauchutados, remanufaturados ou que não sejam novos.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

8.8. Na elaboração da Proposta de Preços a licitante deverá tomar por base os preços unitários estimados e o valor global máximo estabelecidos na **PLANILHA DE RESUMO DE ORÇAMENTO BASE DO SENAR-AR/MS - ANEXO 25** do presente Edital, sendo que não serão aceitos, valores iguais a zero ou superiores ao valor global máximo de referência.

8.9. Acaso sejam ofertados valores considerando centésimos, estes serão desconsiderados, sem qualquer arredondamento.

8.10. Na hipótese de discordância entre os preços apresentados e a cotação por extenso, prevalecerá o de menor valor, desde que este se apresente suficientemente claro, de forma a permitir a sua perfeita identificação.

8.11. A licitante deverá indicar na sua proposta o número da conta bancária, agência e banco para fins de pagamentos.

8.12. A licitante deverá indicar na Proposta de Preços dados do Representante Legal que assinará o Contrato: Nome Completo, nº do RG e nº do CPF.

8.13. A licitante não poderá cotar/ofertar quantidade inferior à especificada para os itens que compõem a planilha orçamentária.

8.14. Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela CEL.

8.15. As apresentações da proposta comercial juntamente com a planilha orçamentária deverão ser assinadas também pelo responsável técnico da empresa que elaborou o orçamento e a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da referida planilha orçamentária.

8.16. Nos preços propostos deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento/prestação dos materiais/serviços, inclusive as despesas com transportes, fretes, seguros, deslocamentos e gastos decorrentes dos mesmos, materiais, embalagens, mão-de-obra especializada ou não, segurança em geral, equipamentos, ferramentas, tributos, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil que possam incidir sobre os materiais licitados, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e correto fornecimento/prestação dos materiais/serviços sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao **SENAR-AR/MS**, nem qualquer outro pagamento adicional, sem possibilidade de outras inclusões de custos.

9. DOS PROCEDIMENTOS



9.1. A sessão para recebimento dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação (Envelope “1”) e a Proposta de Preços (Envelope “2”) ocorrerá de acordo com a data informada no preâmbulo deste Edital, conterá, entre outros, os seguintes procedimentos:

9.1.1. Credenciamento das licitantes ou de seus representantes legais.

9.1.2. Recebimento dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação – **Envelope “1”** e a Proposta de Preços – **Envelope “2”**.

9.1.2.1. Os envelopes serão analisados e rubricados pela CEL e por todos os representantes legais presentes.

9.1.3. Abertura do **Envelope “1”** – Documentos de Habilitação, sendo seu conteúdo rubricado pela CEL e pelos representantes legais presentes.

9.1.3.1. Será facultado aos representantes legais presentes na sessão, o exame dos Documentos de Habilitação das demais licitantes participantes.

9.1.4. Após a abertura do **Envelope “1”** – Documentos de Habilitação, não será aceita a entrega de nenhum outro documento e nem serão permitidos adendos, acréscimos ou esclarecimentos à documentação apresentada, salvo a critério da CEL, para instruir eventuais impugnações interpostas na sessão.

9.1.5. Análise dos Documentos de Habilitação apresentados e comunicação do resultado desta análise.

9.1.6. Caso não seja possível o cumprimento do previsto no subitem anterior, a comunicação do resultado da análise dos Documentos de Habilitação será divulgado no site da Regional, no endereço eletrônico www.senarms.org.br, bem como por meio de comunicação oficial para cada licitante, através e-mail.

9.2. Abertura do **Envelope “2”** – Proposta de Preços das licitantes habilitadas, sendo seu conteúdo rubricado pela CEL e pelos representantes legais presentes.

9.2.1. Será facultado aos representantes legais presentes na sessão, o exame das Propostas de Preços das demais licitantes participantes.

9.2.2. Análise das Propostas de Preços e comunicação do resultado desta análise.

9.2.3. Em hipótese alguma será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação exigidos que não tenham sido entregues na própria sessão.

9.2.4. Caso não seja possível o cumprimento do previsto no subitem **9.2.2**, a comunicação do julgamento das Propostas de Preços será divulgada no site da Regional, no endereço eletrônico www.senarms.org.br, bem como por meio de comunicação oficial para cada licitante, através e-mail.

9.3. Não será suspensa a tramitação do certame se estiverem presentes à sessão todas as licitantes e as mesmas renunciarem ao direito de interpor recursos sobre determinada fase passando-se imediatamente ao exame da fase posterior.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

9.4. O procedimento licitatório poderá ser invertido, sendo primeiramente abertos os envelopes contendo a Proposta de Preços, classificando-se os proponentes, para depois serem abertos os envelopes contendo os Documentos de Habilitação da licitante classificada em primeiro lugar. Este procedimento é devidamente autorizado no art. 16 do RLC do SENAR (Resolução nº 001/CD, de 15/02/2006, alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 – DOU 29/06/2011) e pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012).

10. DO EXAME DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. A CEL procederá a análise dos documentos apresentados de forma objetiva, sempre considerando o tipo de licitação, os critérios estabelecidos neste instrumento convocatório e os fatores exclusivamente nele referidos.

10.2. A CEL poderá, visando o interesse do **SENAR-AR/MS** em manter o caráter competitivo desta licitação, poderá aceitar simples omissões irrelevantes (erros formais), para o fiel entendimento da documentação que não caracterizam motivos de desclassificação/inabilitação e que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, causem prejuízo ao **SENAR-AR/MS** ou lesem direitos das demais licitantes.

10.3. Se entender necessário, a CEL poderá suspender a sessão para exame dos documentos de habilitação, sendo que a sua decisão deverá ser lavrada em Ata própria e divulgada às licitantes participantes diretamente, ou por publicação numa das formas previstas no § 1º do art. 5º, ou ainda por qualquer outro meio formal.

10.4. Será considerada inabilitada a licitante que:

10.4.1. Deixar de apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, dentro do Prazo De validade e/ou devidamente atualizados.

10.4.2. Incluir a Proposta de Preços no Envelope nº 01.

10.5. Acaso eventual omissão possa ser suprida com a consulta em sítio da internet no transcurso da própria sessão, poderá ser a licitante habilitada, ficando esta prerrogativa a critério da CEL e disponibilidade de recursos.

10.6. Será habilitada a licitante que atender todos os requisitos deste Edital.

10.7. Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos membros da CEL, com advertência do **prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do dia seguinte ao da publicação do documento no site da Instituição <http://senarms.org.br/senar-ms/downloads/>

10.7.1. Não havendo interposição de recurso ou ocorrendo sua desistência ou após ter sido julgados os recursos interpostos será marcada nova data, horário e local para a reunião pública para abertura dos Envelopes nº 02 – Proposta de Preços das licitantes habilitadas e prosseguimento do certame.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

10.7.2. Será comunicada com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis às licitantes classificadas na fase de habilitação para a abertura dos envelopes nº 02 – Propostas de Preços, sendo facultada a presença das licitantes habilitadas.

10.8. Para a análise dos documentos de habilitação afetos aos aspectos técnicos, a CEL poderá utilizar de assessoramento técnico específico, por intermédio de uma Subcomissão Técnica, a qual emitirá parecer que integrará o processo.

10.9. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da participação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CEL.

11. DO EXAME, DA CLASSIFICAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. As Propostas de Preços (Envelope nº 02) das licitantes habilitadas serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus ANEXOS.

11.2. As Propostas de Preços (Envelope nº 02) serão examinadas, classificadas e julgadas pela CEL de forma objetiva, sempre se considerando o tipo de licitação, os critérios estabelecidos neste instrumento convocatório e os fatores exclusivamente nele referidos.

11.2.1. O julgamento das Propostas de Preços visará exclusivamente aos interesses do **SENAR-AR/MS**, consoante dispositivos legais aplicáveis.

11.3. O critério de julgamento das Propostas de Preços será o de “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, observando que não será admitido valor superior ao preço máximo constante na **Planilha de Resumo de Orçamento Base do SENAR-AR/MS – ANEXO 25** do presente Edital.

11.3.1. O julgamento das Propostas de Preços visará exclusivamente aos interesses do **SENAR-AR/MS**, consoante dispositivos legais aplicáveis.

11.4. Será desclassificada, de acordo com a legislação pertinente, a Proposta de Preços que não atender às exigências legais, regulamentares ou constantes deste Edital, que manifestadamente se mostrar inexecutável, improvável quanto ao seu adequado cumprimento e/ou com preços excessivos em relação aos valores de mercado e ainda que:

11.4.1. Não se enquadrar nas especificações exigidas no objeto desta licitação, estiver incompleta, que apresentar vícios, ilegalidades ou irregularidades que dificultem o julgamento da CEL.

11.4.2. Contiverem qualquer limitação, condição ou indicação divergente do estabelecido neste Edital.

11.4.3. Não apresentarem os preços unitários e totais por item e subitem, e, ainda, o global da proposta, conforme documentos exigidos neste Edital.

11.4.4. Apresentarem taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI e preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade,



através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

11.4.5. Apresentarem Proposta de Preços com quantitativos diferentes dos previstos na **PLANILHA DE ORÇAMENTO BASE DO SENAR-AR/MS – ANEXO 25** deste Edital.

11.4.6. Apresentar valor igual a zero ou superior ao **preço máximo global**, estabelecido na **PLANILHA DE ORÇAMENTO BASE DO SENAR-AR/MS – ANEXO 25** deste Edital.

11.4.7. Não apresentarem qualquer declaração, planilha de custos ou qualquer documentação exigida no **subitem 8.4** deste Edital junto com a Proposta de Preços (Envelope nº 02) e/ou estiverem em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital.

11.4.8. Considera-se manifestamente inexecutável a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a. Aritmética dos valores das Propostas Comerciais superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo **SENAR-AR/MS**.
- b. Valor orçado pelo **SENAR-AR/MS**.

11.4.8.1. Havendo indícios de inexecutabilidade, A CEL conferirá à licitante, o prazo de 02 (dois) dias úteis, para demonstrar a viabilidade de sua oferta, mediante a juntada de Planilhas de Formação de Custos a possibilidade de execução satisfatória do objeto pelo valor ofertado.

11.4.8.2. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência.

11.5. A CEL do **SENAR-AR/MS** poderá classificar Proposta de Preços que contenham omissões ou irregularidades formais, desde que tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos ao **SENAR-AR/MS** ou as demais licitantes proponentes.

11.6. Em caso de absoluta igualdade entre as licitantes, em todas as situações, a CEL do **SENAR-AR/MS** procederá ao sorteio dentre as propostas idênticas, a realizar-se na presença das demais licitantes.

11.6.1. A CEL do **SENAR-AR/MS**, a seu exclusivo juízo, poderá suspender a sessão para melhor exame e avaliação das Propostas de Preços apresentadas, designando, desde logo, nova data para prosseguimento dos trabalhos, independentemente de qualquer outra intimação.

11.6.2. A designação de nova data deverá figurar na ata da sessão realizada, que será assinada obrigatoriamente por todos os representantes.

11.7. A ausência de qualquer licitante no prosseguimento da sessão de julgamento não impedirá que a mesma se realize, não cabendo, nesta hipótese, qualquer protesto ou reclamação posterior.



11.8. A cotação apresentada e considerada para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.9. Para o julgamento das propostas, a CEL poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico, o qual emitirá parecer que integrará o processo.

11.10. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a CEL poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação, pelas licitantes, da nova documentação ou de outras propostas escoimadas das caudas referidas que as inabilitaram ou desclassificaram.

11.11. Será declarada vencedora deste certame a licitante habilitada nos termos deste Edital que tiver a sua proposta classificada, apresentar o “**MENOR PREÇO GLOBAL**”.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados, pela licitante que se julgar prejudicada, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da comunicação desta decisão, os quais serão dirigidos, por intermédio da CEL, ao Superintendente do **SENAR-AR/MS**. (art. 22 do RCL do SENAR).

12.2. Após cada fase da licitação, os autos ficarão à disposição dos interessados para vista, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3. A licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, que correrá da comunicação da interposição do recurso, conforme disposto no § 3º art. 22, do RCL do SENAR.

12.4. Os recursos deverão ser apresentados por meio de petição fundamentada e protocolados no horário de 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, exclusivamente no Protocolo do **SENAR-AR/MS**, situada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS.

12.4.1. Não serão considerados os recursos protocolados fora do horário e em local diferente do indicado no item **12.4**.

12.5. Os recursos serão julgados pelo Superintendente do **SENAR-AR/MS** ou por quem este delegar competência nos termos do art. 23 do CL do SENAR.

12.6. O provimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Os recursos terão efeito suspensivo.

13. DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO SEU OBJETO



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

13.1. O resultado desta licitação será submetido ao Presidente do Conselho Administrativo do **SENAR-AR/MS** para o procedimento de homologação e adjudicação do objeto licitado à vencedora.

14. DA CONVOCAÇÃO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

14.1. O **SENAR-AR/MS** convocará a adjudicatária após homologado o resultado da presente Concorrência, por escrito, para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, assinar o contrato e apresentar os documentos descritos no **subitem 7.4.1.10** e ainda, abertura do prazo para as providências descritas nos **subitens 7.4.1.1.1 e 7.4.1.9** deste Edital.

14.2. Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do CONTRATO a ser assinado, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus ANEXOS, Documentação de Habilitação e Proposta de Preços.

14.3. Transcorrido o prazo previsto no subitem anterior sem que a licitante compareça para assinar o instrumento contratual ou recuse em fazê-lo, o **SENAR-AR/MS** poderá convocar as licitantes remanescentes, observando rigorosamente a ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e **nas mesmas condições apresentadas na proposta classificada originariamente em primeiro lugar** ou revogar o certame, independentemente da aplicação das demais sanções previstas para a espécie neste Edital e no RLC do SENAR.

15. DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS E DO RECEBIMENTO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS

15.1. O regime de execução dessa aquisição se dará por **EMPREITADA INDIRETA POR PREÇOS UNITÁRIOS**.

15.2. A execução do objeto deverá seguir estritamente o previsto no Projeto Básico e seus Anexos.

15.3. A **CONTRATADA** deverá designar formalmente um **RESPONSÁVEL** para exercer a fiscalização junto ao **SENAR-AR/MS** adotando as providências necessárias para a boa execução dos serviços ora contratados.

15.4. Caberá à **CONTRATADA** todo o planejamento e gestão da execução do conjunto de obras e serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física específica para sua execução. Os documentos e registros relacionados às atividades de planejamento e gestão deverão compor a memória técnica da obra e o processo da contratação, devendo permanecer no canteiro de obras durante toda a sua execução para consulta pela fiscalização e serem disponibilizados ao **SENAR-AR/MS**, após sua conclusão.

15.4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a dar início à execução do conjunto de obras e serviços, **em até 10 (dez) dias corridos**, a contar da data de assinatura do contrato, sob pena de aplicação de sanções contratuais.



15.4.2. O início da execução do objeto está condicionado à apresentação da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica dos serviços objeto desta licitação. A apresentação da ART/RRT deve ser feita em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, podendo ser aplicada multa em caso de atraso não justificado.

15.5. Antes do início dos trabalhos a **CONTRATADA** deverá elaborar e apresentar ao **SENAR-AR/MS** o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT.

15.5.1. Após o aceite e aprovação do PCMAT, a **CONTRATADA** deverá apresentar à Delegacia Regional do Trabalho as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o PCMAT aprovado, em conformidade com a Portaria Nº 4/95 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores, fornecendo ao **SENAR-AR/MS** os devidos protocolos e comprovantes de entrega das documentações.

15.6. A abertura do Livro de Ocorrências da Obra deve ser realizada em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, podendo ser aplicada multa em caso de descumprimento dessa providência, por motivo não justificado.

15.7. A **CONTRATADA** colocará na direção geral das obras e serviços, na parte que lhe compete, profissional com curso superior na área de engenharia civil, registrado no CREA, devidamente habilitado, que será seu responsável, na forma da legislação vigente, devendo esse profissional permanecer no canteiro de obras durante os períodos de trabalho.

15.8. Os encarregados da obra serão pessoas de experiência, capacidade técnica e idoneidade moral e nela deverão permanecer durante as horas de trabalho, além de estarem habilitados a prestar esclarecimentos, sempre que solicitados pelo **SENAR-AR/MS**.

15.9. A **CONTRATADA** deve informar ao **SENAR-AR/MS** eventual substituição de qualquer pessoal da equipe responsável pela execução do objeto contratado.

15.10. Os custos de mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos e das instalações do canteiro de obras e serviços, bem como da construção de instalações permanentes e/ou provisórias, é de total responsabilidade da **CONTRATADA**.

15.11. Caberá à **CONTRATADA**, desde o início até o recebimento definitivo do conjunto de obras e serviços a ela homologado:

15.11.1. A manutenção e segurança de todas as obras e serviços localizados no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas, ressaltando-se os danos comprovadamente causados pelos ocupantes.

15.11.2. A execução de proteção, sinalização, tapumes, fechamento de áreas internas de circulação, quando necessário, fechamento com lonas plásticas e vedação para não



propagação de poeira por ambientes distintos ou que estejam em uso, visando delimitar a área destinada a execução de obra, considerando-se que o prédio não estará totalmente desocupado.

15.12. A **CONTRATADA** responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios, bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações.

15.13. Durante a execução dos serviços deverão ser preservadas as condições ambientais fazendo-se cumprir os procedimentos necessários para o menor impacto possível (se necessário for).

15.13.1. A responsabilidade direta ou indireta por danos causados ao meio ambiente ou a terceiros é da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

15.13.2. Durante o desenrolar das obras deverá ser evitado o tráfego desnecessário de equipamentos ou veículos por terrenos naturais, de modo a evitar a sua desfiguração (se for o caso).

15.13.3. O canteiro de obras deverá respeitar as normas ambientais vigentes; deverá ser equipado com banheiros químicos, que impedirão o lançamento de dejetos em cursos d'água, evitando sua poluição. O espaço destinado às refeições deverá ser protegido de agressões solares e precipitações, lançando-se mão de toldos ou de outros tipos de coberturas.

15.14. Caberá à **CONTRATADA** a permanente limpeza dos locais de execução de obras e serviços e retirada semanal, no mínimo, de entulhos durante a sua execução.

15.14.1. Após a conclusão da obra e serviços a **CONTRATADA** deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, o barracão e escritório de obras, os entulhos e as obras provisórias, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas livres e limpas, e em condições de uso imediato.

15.15. A **CONTRATADA** fornecerá e utilizará equipamentos adequados a execução do objeto. O transporte, a guarda e manutenção dos equipamentos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus.

15.16. Os ensaios e testes previstos pelas Normas Brasileiras e/ou pelas especificações técnicas exigidas e recomendadas para a realização ou aprovação de serviços, procedimentos ou operações durante as obras, deverão ser realizados por empresas especializadas e disponibilizadas para registro, validação e aprovação pelo **SENAR-AR/MS**. Esses ensaios ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não sendo objeto de remuneração específica, estando estes custos incluídos nos preços propostos para o serviço, sendo que a não realização dos ensaios e/ou testes, quando necessários ou solicitados pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, propiciará, além da aplicação das sanções cabíveis, a suspensão da medição dos serviços correspondentes.



15.17. A **CONTRATADA** deverá, às suas custas, realizar o devido registro fotográfico das etapas e dos elementos, ocorrências e ações representativas da obra, com inserção das respectivas datas dos registros. Tais informações deverão estar constantemente disponíveis para a fiscalização e, ao final da obra, ser entregue em meio digital (formato “jpg” ou similar) para o **SENAR-AR/MS** compor o processo e a memória técnica da execução do objeto contratado.

15.18. Os materiais, objetos ou quaisquer descobertas no local das obras e serviços, que possam apresentar interesse científico, mineralógico ou arqueológico deverão ser alvo de imediata comunicação à fiscalização do **SENAR-AR/MS** para as providências de ordem legal.

15.19. O uso, devido ou não, na execução das obras e serviços de marcas e patentes sujeitas a "royalties" ou outros encargos semelhantes, obrigará, exclusivamente, à **CONTRATADA**.

15.20. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à fabricação, comercialização, distribuição, fornecimento e/ou prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos no objeto licitado, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

15.21. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

15.21.1. O prazo máximo para execução da totalidade do conjunto de obras e serviços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de início dos serviços.

15.21.2. Qualquer serviço a ser realizado pela **CONTRATADA** aos sábados, domingos e feriados, ou fora do horário de funcionamento do **SENAR-AR/MS**, e, necessários ao cumprimento do prazo estabelecido no **subitem 15.21.1**, deverá ser comunicado por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, contendo a listagem dos serviços que serão realizados e a relação dos profissionais escalonados, para que seja previamente avaliado e autorizado pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**.

15.22. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS

15.22.1. Deverá ser dada prioridade na conclusão das obras e serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, para a entrega da área destinada ao almoxarifado, de modo a possibilitar o seu acesso, ocupação e funcionamento, para que não haja descontinuidade nas rotinas desta Regional.

15.22.2. O Cronograma Físico-Financeiro deve ser cumprido pela **CONTRATADA**, respeitando-se os prazos e termos estabelecidos naquele instrumento.



15.22.3. O Cronograma Físico-Financeiro somente poderá sofrer alterações mediante prévia autorização do **SENAR-AR/MS**. Caso haja necessidade de sua alteração, a **CONTRATADA** deverá solicitar por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, contendo as razões e justificativas de seu pedido, bem como a proposta de repactuação de prazos para execução do conjunto de obras e serviços contratados.

15.22.3.1. O cronograma de repactuação apresentado pela **CONTRATADA** deverá ser analisado pela fiscalização do **SENAR-AR/MS** em até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento.

15.22.3.2. Uma vez autorizada pelo **SENAR-AR/MS**, as alterações no Cronograma Físico-Financeiro, serão formalizadas por meio de Termo Aditivo ao contrato.

15.23. DO RECEBIMENTO DO CONJUNTO DE OBRAS E SERVIÇOS

15.23.1. A entrega do conjunto de obras e serviços ocorrerá em duas fases, sendo uma, o “recebimento provisório” e a outra o “recebimento definitivo”:

15.23.1.1. Provisoriamente, após vistoria, que será realizada pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data em que a **CONTRATADA** comunicar por escrito a conclusão do conjunto de obras e serviços e, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada.

15.23.1.2. O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, que ocorrerá após a lavratura de ata circunstanciada, devidamente assinada pelas partes, contendo o relato da vistoria realizada pela fiscalização do **SENAR-AR/MS** e a concordância em receber o objeto contratado provisoriamente.

15.23.1.3. O conjunto de obras e serviços que, a critério da fiscalização do **SENAR-AR/MS** não estejam em conformidade com as condições estabelecidas no Projeto e/ou com as normas técnicas aplicáveis, serão rejeitados e anotados no Termo de Recebimento Provisório, devendo a **CONTRATADA** tomar as providências para sanar as ocorrências relatadas, em prazo tecnicamente compatível a ser previamente definido entre as partes, sem que isso venha a se caracterizar como alteração contratual e sem prejuízo de eventual aplicação, pelo **SENAR-AR/MS**, das penalidades previstas em contrato.

15.23.1.4. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sem prejuízo do ajuizamento de medida judicial pelo **SENAR-AR/MS** e aplicação das penalidades previstas em contrato.

15.23.1.5. Definitivamente, pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, mediante a lavratura de ata circunstanciada, devidamente assinada pelas partes, em até 60 (sessenta) dias após a



assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

15.23.1.6. O recebimento definitivo será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo que será lavrado após a apresentação pela **CONTRATADA** dos seguintes documentos:

- a)** Carta de Habite-se (expedidas por todos os órgãos competentes) ou documentos equivalentes.
- b)** Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, exclusivamente sobre o CEI da Obra, com a finalidade de averbação de obra de construção Civil.
- c)** Certificado de regularidade de Situação perante o FGTS.
- d)** Cópia de Regularidade (Baixa) para com órgãos públicos (CREA, INSS, SEMURB, MTB, etc.).
- e)** CD-ROM contendo todos os projetos “as built” atualizados do empreendimento.
- f)** Cópias impressas de todos os projetos “as built”, assinados pelos respectivos responsáveis técnicos da CONTRATADA (incluindo os de projeto e execução de fundações e estrutura metálica do bloco destinado ao Almoxarifado) e com a assinatura de recebimento de cópias pela fiscalização, em duas vias.
- g)** Certificado de Garantias dos serviços de impermeabilização, de materiais utilizados e de equipamentos fornecidos.
- h)** Livro de ocorrências devidamente encerrado.

15.24. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

15.24.1. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

15.25. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à fabricação, comercialização, distribuição, fornecimento e/ou prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos no objeto licitado, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

15.26. É facultada a subcontratação parcial das obras e serviços contratados, condicionadas, obrigatoriamente, à autorização prévia e expressa do **SENAR-AR/MS** e à demonstração da qualificação técnica necessária aos serviços subcontratados.

15.26.1. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, fazendo cumprir as obrigações contratuais previstas e correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.26.2. A **CONTRATADA** deve comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior, impeditivas de execução do objeto contratado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

15.27. É vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **SENAR-AR/MS**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato**, a prestação de garantia, no percentual de **10% (dez por cento) do valor contratado**, que poderá ser prestada nas seguintes modalidades: Caução em dinheiro, Seguro-garantia, Fiança bancária.

16.1.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato

b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização a **CONTRATADA**.

c) Prejuízos diretos causados ao **SENAR-AR/MS** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

16.1.2. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério do **SENAR-AR/MS**, desde que devidamente motivada pela **CONTRATADA**.

16.2. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

16.3. No caso de **caução em dinheiro**, o depósito deverá ser efetuado no Banco do Brasil em conta a ser indicada pelo **SENAR-AR/MS** e a crédito do contratante.

16.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia

autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

16.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo **SENAR-AR/MS**, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da **CONTRATADA**, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

16.9. A prestação de garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato, ou seja, até a data de recebimento definitivo da obra/reforma.

16.10. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da **CONTRATADA**, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando se tratar de depósito (caução) em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos ao **SENAR-AR/MS**.

16.11. Conforme dispõe o Art. 618 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de janeiro de 2002) o prazo da garantia da obra é de 05 (cinco) anos, contados de seu recebimento definitivo pelo **SENAR-AR/MS**, período em que a **CONTRATADA** responderá perante estas por eventuais problemas apresentados relativos à solidez e segurança dos trabalhos realizados, tanto em razão dos materiais como solo e subsolo.

16.11.1. A garantia deverá ser emitida e documentada por meio de Termo de Garantia vinculada à ART – Anotação de Responsabilidade Técnica devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

16.11.2. Durante todo o período de garantia da obra, a **CONTRATADA** deverá atender aos chamados do **SENAR-AR/MS** no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação oficial.

16.12. O **SENAR-AR/MS** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17. DOS SEGUROS

17.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **SENAR-AR/MS**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, seguro de riscos de engenharia com validade para todo o período de execução do conjunto de obras e serviços, o qual deverá cobrir



eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho, despesas extraordinárias e tumultos, greve e lock-out.

17.2. A **CONTRATADA** deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, seguro coletivo contra acidentes pessoais e de responsabilidade civil cruzada, com validade para todo o período de execução do conjunto de obras e serviços, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previstos na Constituição Federal de 1988.

17.3. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a **CONTRATADA** responderá pelos danos e prejuízos que eventualmente causar a propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução do conjunto de obras e serviços.

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA, DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO

18.1. O prazo de vigência do CONTRATO será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

18.2. Todas as alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas e as decorrentes de necessidade de prorrogação ou alterações de preço e/ou prazo deverão ser formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO**, desde que observados os motivos de conveniência e oportunidade, hipóteses legais previstas no RLC do SENAR

18.3. Na hipótese de o prazo da execução do conjunto de obras e reformas exceder ao período de 12 (doze) meses e caso esse atraso não seja atribuído a **CONTRATADA**, este contrato poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M), mediante solicitação por escrito da **CONTRATADA**, acompanhada de justificativa e demonstração da variação do custo de produção no período.

18.4. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

18.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente do contrato.

18.6. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajuste do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.7. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado em parcelas conforme **medições realizadas ao término de cada mês de referência.**

18.7.1. A medição será efetuada pela unidade de medida correspondente (planilha orçamentária), apurando-se a área conforme as dimensões indicadas no projeto e

descontando-se integralmente todos os vãos, áreas de vazios ou de elementos estruturais que interfiram nas alvenarias.

18.7.2. Ao final de cada mês da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, a **CONTRATADA** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

18.7.3. Se a **CONTRATADA** vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo do **SENAR-AR/MS** aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

18.7.4. No caso de etapas não concluídas, sem prejuízo das penalidades cabíveis, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a **CONTRATADA** regularizar o cronograma na etapa subsequente.

18.7.5. Juntamente com a primeira medição de serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

18.8. O **SENAR-AR/MS** terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela **CONTRATADA**, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

18.8.1. A aprovação da medição prévia apresentada pela **CONTRATADA** não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

18.8.2. Após a aprovação, a **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitivamente aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

18.9. A nota fiscal/fatura, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, acompanhada das certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST), bem como do respectivo **Aceite da Fiscalização**, ficando seu pagamento condicionado a verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA**.

18.10. Na própria Nota Fiscal deverá constar o número da conta bancária de natureza jurídica, agência e banco a ser efetuado o pagamento.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

18.11. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado, por meio de crédito em conta bancária após a apresentação da nota fiscal, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS** onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**;

b) As notas fiscais/faturas recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo; e,

c) As notas fiscais/faturas recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

18.11.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto desta licitação, bem como o envio da respectiva nota fiscal/fatura para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

18.11.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

18.11.3. As notas fiscais/faturas deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

18.11.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais/faturas endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 18.11.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **SENAR-AR/MS**.

18.12. As Notas Fiscais não aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** serão devolvidas a **CONTRATADA**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo para pagamento estabelecido no **subitem 18.5** deste instrumento a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

18.13. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual e Municipal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

18.14. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

18.15. Para a liberação do pagamento da 1ª (primeira) medição, a **CONTRATADA**, por sua única e inteira responsabilidade, deverá apresentar ainda, os seguintes documentos:



a) Cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), com referência explícita de execução da obra global, com materiais e mão-de-obra (incluindo projeto e execução de fundações e estruturas metálicas de edificação destinado ao Almoxarifado), em 02 (duas) vias.

b) Cópia da matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da obra, em 02 (duas) vias.

c) Cópia do alvará de construção válido, expedido pela Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEMURB), em 02 (duas) vias.

18.16. Para a liberação do pagamento das demais medições será exigida da **CONTRATADA** a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia da folha de pagamento dos funcionários da empresa diretamente envolvida no serviço, referente ao mês imediatamente anterior, constando os seguintes dados: endereço, CNPJ, inscrição municipal, código de atividade, apresentado em papel timbrado, em 02 (duas) vias.

b) Cópia da Guia de Previdência Social (GPS), de acordo com a Folha de Pagamento, constando o número do (CMA), em 02 (duas) vias.

c) Cópia da Guia de recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social (GFIP), de acordo com a Folha de Pagamentos, em 02 (duas) vias.

d) Cópia do último CAGED, em 02 (duas) vias.

18.17. Para a liberação do pagamento da medição final, a **CONTRATADA** deverá apresentar o Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**.

18.17.1. Somente após recebimento definitivo deverá ser providenciado o pagamento do saldo existente em relação ao valor contratual e liberada a garantia.

18.18. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes aos serviços prestados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

19. DAS PENALIDADES

19.1. DA RECUSA EM ASSINAR O CONTRATO

19.1.1. A recusa injustificada da licitante adjudicatária em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à licitante as seguintes penalidades, a exclusivo critério do **SENAR-AR/MS**:

I - Perda do direito à contratação.

II - Suspensão do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo prazo de até 02 (dois) anos.

III – Multa de natureza não compensatória, de 10% sob o valor total da proposta apresentada.

19.2. DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELA CONTRATADA



19.2.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto desta licitação, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas neste instrumento e no contrato poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar a rescisão do contrato nas hipóteses previstas no **subitem 19.1.1** deste Edital, cabendo ao **SENAR-AR/MS** aplicar as seguintes penalidades:

19.2.1.1. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de falha na prestação do serviço ou em desconformidade com as especificações técnicas contidas no Edital e seus Anexos.

19.2.1.2. MULTA MORATÓRIA, correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, para cada dia de atraso, até a efetiva entrega do serviço, devidamente aceito pela fiscalização do **SENAR-AR/MS**, quando ocorrer o atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução do objeto.

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor previsto para os serviços não executados no período.

19.2.1.3. MULTA PENAL, correspondente a:

a) de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato, caso haja inexecução parcial do objeto.

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nos casos de inexecução total do objeto.

19.2.2. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

19.2.2.1. A **CONTRATADA** executar até o final do 4º (quarto) mês do prazo de execução do objeto, menos de 40% (quarenta por cento) do previsto no Cronograma Físico-Financeiro por ela apresentado e aprovado pelo **SENAR-AR/MS**.

19.2.2.2. A **CONTRATADA** executar até o final do 5º (quinto) mês do prazo de execução do objeto, menos de 60% (sessenta por cento) do previsto no Cronograma Físico-Financeiro por ela apresentado e aprovado pelo **SENAR-AR/MS**.

19.2.2.3. A **CONTRATADA** executar até o final do prazo de execução de conclusão do conjunto de obras e serviços menos de 80% (oitenta por cento) do total do contrato.

19.2.2.4. Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão do conjunto de obras e serviços.

19.2.3. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para o início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

19.2.4. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo prazo de até 02 (dois) anos.



19.3. Em caso de **REINCIDÊNCIA** da **CONTRATADA** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido contrato unilateralmente, no que tange aos itens que lhes tenham sido adjudicados, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

19.4. As penalidades de multa poderão ser aplicadas cumulativamente entre si e com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de rescisão unilateral do **contrato**.

19.5. Após decisão definitiva aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS** poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos a **CONTRATADA** ou cobrar judicialmente a diferença verificada, o que fica desde já expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

19.6. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de cobrar judicialmente a diferença verificada e/ou descontar da garantia contratual.

19.6.1. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento de multas aplicadas, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da solicitação escrita do **SENAR-AR/MS**.

19.7. O inadimplemento injustificado por prazo superior a 30 (trinta) dias dará ao **SENAR-AR/MS** o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas.

20. DA PUBLICIDADE

20.1. Todos os atos referentes a presente licitação serão divulgados site da Instituição, no endereço eletrônico www.senarms.org.br.

20.2. Qualquer alteração neste Edital, bem como as decisões relativas a esta CONCORRÊNCIA será comunicada aos interessados pela mesma forma com que se deu a divulgação ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de cancelar esta licitação antes da assinatura do Contrato, mediante prévia justificativa, sem que caiba às licitantes qualquer recurso, reclamação ou indenização, conforme art. 40 do RCL do SENAR.

21.2. A CEL poderá solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares ou efetuar diligências, caso julgue necessário, visando melhor desempenhar suas funções institucionais, desde que disso não decorra a posterior inclusão de documentos que deveriam constar originariamente dos envelopes entregues pelas licitantes.

21.3. As licitantes interessadas deverão manter-se atualizadas de quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o Edital, através de consulta permanente ao site da Instituição, no



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

endereço eletrônico www.senarms.org.br, não cabendo ao **SENAR-AR/MS** a responsabilidade pela não observância deste procedimento.

21.4. Entregues os envelopes 01 e 02 à CEL e desde que aberto pelo menos um deles, de qualquer uma das licitantes, não será mais permitida a desistência de participação no certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CEL.

21.5. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, as quais serão assinadas pelos membros da CEL e pelas licitantes presentes, se assim o desejarem, com os registros de todas as ocorrências.

21.6. Os envelopes das licitantes ainda lacrados e não utilizados no certame serão disponibilizados para retirada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato. Decorrido esse prazo, poderá ser providenciada a sua destruição.

21.7. As licitantes deverão manter as mesmas condições de habilitação iniciais durante todo o certame e período de vigência contratual.

21.8. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas.

21.9. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede do **SENAR-AR/MS**, da forma como indicado no preâmbulo deste Edital.

21.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame nas datas marcadas, as sessões serão automaticamente transferidas para os primeiros dias úteis subsequentes, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos, salvo comunicação em contrário.

21.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus ANEXOS, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, sendo que somente se iniciam ou se interrompem prazos em dia de expediente no **SENAR-AR/MS**.

21.12. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela CEL, observando-se o RCL do SENAR, aprovado pela Resolução nº 01/CD do SENAR, de 15 de fevereiro de 2006, alterada pela Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011) e pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012) e a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

21.13. Fica eleito o Foro de Campo Grande/MS, para dirimir eventual controvérsia que decorra da presente licitação.

21.14. Constituem partes integrantes e complementares deste instrumento os seguintes ANEXOS:

ANEXO 01 - Modelo de Carta de Credenciamento.

ANEXO 02 - Modelo de Declarações.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

ANEXO 03 - Modelo de Declaração de Compromisso de que caso seja vencedora, providenciará os vistos no CREA ou CAU de MS para execução da reforma.

ANEXO 04 - Modelo de Declaração com informações do Responsável Técnico da Obra.

ANEXO 05 - Modelo de Declaração de Compromisso em de que caso seja vencedora, apresentar ART/RRT registrada no CREA/CAU até 10 dias após assinatura do Contrato.

ANEXO 06 - Modelo de Declaração de compromisso de que caso seja vencedora, apresentar comprovante de aparelhamento, instalações e pessoal técnico para execução da obra.

ANEXO 07 - Modelo de Declaração de compromisso de que caso seja vencedora, instalará em Campo Grande infra-estrutura técnica e administrativa adequadas para o bom andamento dos serviços.

ANEXO 08 - Modelo de Declaração de compromisso de que caso seja vencedora, se responsabilizará por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio do **SENAR-AR/MS**.

ANEXO 09 - Modelo de Proposta de Preço.

ANEXO 10 - Modelo de Planilha Orçamentária Básica para Execução de Obras.

ANEXO 11 - Modelo de Planilha com Composição de Custos Unitários de Preços.

ANEXO 12 - Modelo de Planilha de Cronograma Físico e Financeiro Básico para Execução de Obras.

ANEXO 13 - Modelo de Planilha de Composição de BDI.

ANEXO 14 - Modelo de Declaração de Vistoria do Local da Reforma.

ANEXO 15 - Modelo de Dispensa de Vistoria do Local da Reforma.

ANEXO 16 - Minuta do Contrato.

ANEXO 17 - Projeto Básico.

ANEXO 18 - Projeto de Arquitetura – 12 arquivos em formato PDF.0

ANEXO 19 - Projeto de Estrutura de Concreto – 10 arquivos em formato PDF.

ANEXO 20 - Projeto Hidráulico – 05 arquivos em formato PDF.

ANEXO 21 - Projeto Elétrico – 10 arquivos em formato PDF.

ANEXO 22 - Projeto de Incêndio – 05 arquivos em formato PDF.

ANEXO 23 - Projeto de Estrutura Metálica – 07 arquivos em PDF.

ANEXO 24 - Caderno de Especificações – 01 arquivo digital em formato PDF.

ANEXO 25 - Planilha de Orçamento Base **SENAR-AR/MS** – 01 arquivo digital em formato PDF.

ANEXO 26 - Cronograma Físico-Financeiro Base **SENAR-AR/MS** – 01 arquivo digital em formato PDF.

ANEXO 27 - Planilha Resumo de Orçamento **SENAR-AR/MS** – 01 arquivo digital em formato PDF.



SENAR/MS

SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande/MS, 06 de setembro de 2018.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Comissão Especial de Licitação

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Comissão Especial de Licitação

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Comissão Especial de Licitação